



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

ENTRE TROCAS, CONSTRUÇÕES E EXPERIÊNCIAS: O COLETIVO CULTARTE E REDES DE MULHERES

Helaine Pereira de Souza
Universidade Federal da Bahia
helaine.souza@hotmail.com

Francisca de Paula Santos da Silva
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
fcapaula@gmail.com

1 ALGUMAS PALAVRAS INICIAIS

Faz algum tempo que as mulheres e o movimento feminista perceberam os entraves do capitalismo para a vida das mulheres. Com o neoliberalismo, o que assistimos é a exacerbação dos abismos sociais, que não se limitam à classe, mas se aprofundam ao cruzarmos categorias como gênero, território e raça.

O atual modelo de desenvolvimento é estruturado na exploração do trabalho, nos valores capitalistas, pela apropriação privada de recursos naturais, pela concentração de riquezas e da terra e pela mercantilização da vida. Isto produz discriminação e desigualdades estruturais nas relações sociais entre homens e mulheres e, sobretudo, para as populações negras, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, sendo as mulheres e crianças, oriundas desses grupos, as maiores vítimas (2º Encontro das mulheres da América Latina e Caribe da Economia Solidária: Mulheres Transformando a América Latina, Porto Alegre, RS, 14 de setembro de 2012).

É preciso aprofundar as discussões sobre o lugar das mulheres na esfera produtiva. A dicotomia entre o público e o privado cria uma discrepância nas atividades de produção e reprodução. A valorização de atividades em detrimento de outras cria abismos entre labores, quando considera as dinâmicas de reprodução da vida, algo distante da economia.

Segundo o PNAD (2013) trabalho é:

Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços; b) Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico; c) Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: - em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

primários (as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; - em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou - como aprendiz ou estagiário; ou d) Ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana: - na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou - na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar. (IBGE, 2015, p.128).

Se remuneração é condição para considerarmos uma atividade como trabalho, o que inferimos é que grande parte das mulheres não está inserida na economia. Afinal, são elas as responsáveis pelas atividades do cuidado, da agricultura de subsistência, entre outras.

Aqui, advoga-se que a economia solidária é um processo educativo. Refere-se à economia política das classes trabalhadoras e, por isso, potencializa o desenvolvimento que considera as mulheres sujeitos políticos e econômicos, que pautem indicadores que vão para além do Produto Interno Bruto ou do Índice de Desenvolvimento Humano. Como uma alternativa ao desenvolvimento local, organicamente engajado.

O desenvolvimento local solidário constitui-se num processo que considera outras dimensões, como social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, e não apenas a mercadológica, abordando elementos pertinentes à dimensão dessa economia. Tal desenvolvimento sincroniza-se globalmente em rede sem perder sua totalidade e características locais, de “baixo para cima”, agregando processos endógenos e exógenos de produção de forma articulada para os interesses das comunidades. (LIMA, 2016, p. 3).

Assim, a economia solidária ganhou uma nova aliada, a economia feminista, que se constitui como a “economia todos fazem tudo”, contramão da divisão social e sexual do trabalho, sem que haja desorganização, mas que demarca a necessidade de que cada indivíduo envolvido conheça e se aproprie de todo o processo produtivo e reprodutivo.

Ao se afirmarem em gestões mais democráticas, sejam elas em coletivos, associações, cooperativas e empresas recuperadas, as mulheres que até então estavam às margens do mercado formal, ampliam seu *locus* de atuação e minimizam as dicotomias entre o trabalho do mercado e o trabalho doméstico, aqui a independência cede lugar à interdependência, segundo a qual a economia não está dissociada do modo de viver.

Nesse sentido, voltaremos o nosso olhar para o Cultarte, nosso objetivo é investigar se esse coletivo se constitui como espaço de empoderamento dos sujeitos que o compõem e se possibilita alternativas para o modo de viver. Nesse caminho, além do aporte teórico, nos valem dos depoimentos concedidos por mulheres que integram o coletivo.



2 SOBRE O CULTARTE E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O Cultarte é um coletivo criado por um grupo de artesãs residentes nas 17 localidades (Arenoso, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Mata Escura, Narandiba, Pernambués, Resgate, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia, Saboeiro, Sussuarana e Novo Horizonte) que compõem o que outrora foi o Quilombo do Cabula, localizado na região de Salvador denominada de Miolo. O coletivo Cultarte é *Locus* do Projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno – TBC Cabula, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SSEETU, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb.

Após diagnosticarem as demandas comuns a elas, no mercado produtivo, essas mulheres iniciam sua caminhada, enquanto coletivo, no ano de 2013. Desde então, têm se dedicado à construção e à efetivação do regimento interno; organização e participação em feiras e mostras de cultura popular e cursos, num processo formativo e de autogestão. Segundo Isabelle Guérin (2003. p. 20):

As pessoas, e especialmente as mulheres, têm necessidade de engajamentos mais breves, voltados à solução de problemas concretos. Por isso os espaços públicos de proximidade, nos quais cada um – e cada uma – é levado a discutir e a debater problemas que afetam a vida cotidiana, podem ser o vetor desse diálogo social.

Nesse ínterim, o Cultarte se constitui enquanto espaço formativo, na medida em que essas mulheres inserem “o econômico no social e político”. Dito de outro modo, intercruzamos as dimensões mercantil, cívica e privada (2003, p. 13).

Esses espaços também permitem uma familiarização com a reciprocidade, sem a qual nenhuma vida em grupo ou em sociedade é possível. O pertencimento a uma coletividade que aprova e valida escolhas permite a adoção de normas compatíveis com a elaboração de projetos pessoais e, por conseguinte, atenua os conflitos internos que as mulheres enfrentam. (2003. p. 50).

As mulheres do Cultarte possuem renda mensal, em sua maioria, de até dois salários mínimos e se autodeclaram negras. Estão acima dos 40 anos de idade, muitas não possuem outras fontes de renda e têm escolaridades até o ensino médio. Não podemos indicar uma



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

religião predominante, ao contrário, contamos com grande diversidade. Naturais de Salvador, elas são oriundas e residentes de bairros periféricos da capital.

Revelam que já desenvolviam atividades remuneradas, anterior à formação do Coletivo, todavia o mesmo despontou em oportunidade de participação em feiras e eventos de economia solidária. No entanto, nos apontam para a dificuldade de profissionalização e inserção num mercado que por vezes é restrito.

Nesse horizonte de cerceamento de liberdades, a economia solidária apresenta-se como uma alternativa à economia capitalista. “A economia solidária pode ser considerada, assim, um movimento que vem traduzindo a busca por uma sociedade fundada em outras bases – cooperação, solidariedade, vida [...]” (RIBEIRO, NOGUEIRA e GUIMARÃES, 2013, p. 28). Sociedade na qual um modo de se prezar por uma vida mais igualitária seria o associativismo.

Isabelle Guérin em seu livro “As mulheres e a economia solidária”, que deriva da sua tese de doutorado defendida na Universidade Lyon-2, estudou a realidade de dois países, a França no Norte e Senegal, no Sul, observando os processos de pobreza, desigualdade, as práticas de economias inovadoras e as auto-organizações femininas. A autora percebe que “tanto no Norte como no Sul, muitas dessas experiências são animadas por mulheres e destinadas a mulheres” (2003, p. 16).

Essas mulheres são conduzidas a essas experiências, sobretudo devido às suas necessidades. O alívio de suas obrigações por meio de seu compartilhamento e da melhora de seu cotidiano são um primeiro resultado em si. No entanto, parece-nos que o que é realmente importante está além disso. Todos os estudos convergem nesse aspecto: facilitar o acesso das mulheres a atividades geradoras de renda não basta para garantir uma igualdade real. Esta enfrenta três obstáculos principais: caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade na divisão das obrigações familiares. Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a eliminação desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça da proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modos de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não têm. (GUÉRIN, 2003, p. 17).

Nesse ínterim, discute-se a economia solidária como possibilidade de concretizar práticas mais democráticas. Assim, historia o conceito afirmando que “nasceu precisamente para designar as práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária” (GUÉRIN, 2003, p. 79). Em outras palavras,



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

a economia solidária foi progressivamente definida de um modo empírico, a partir das práticas dos atores. Em seu sentido mais amplo, ela agrupa o conjunto das iniciativas econômicas e privadas (isto é, autônomas em relação ao Estado) que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro. (2003, p. 13).

Na tese de doutorado em sociologia “Qual é o teu trabalho, mulher: Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária”, Tânia Cristina da Silva Cruz discute o papel social da mulher empreendedora solidária, em meio à crise do trabalho na sociedade contemporânea, e as alternativas existentes para esses sujeitos. Nesse ensejo, as mulheres estabelecem ações que geram renda, resgatam o reconhecimento social e a autoestima.

A autora nos apresenta a “mulher-empREENDEDORA”, sua categoria central. Esta inter-relaciona o mundo produtivo e reprodutivo, o que não seria uma nova experiência no universo das mulheres trabalhadoras, todavia a mulher empreendedora articula esses espaços por meio de laços de sociabilidade. Nas palavras da autora, a mulher empreendedora é:

Um tipo social atual que dá cabo à sua vivência social ao articular o universo do trabalho produtivo com o espaço do trabalho reprodutivo e ainda assim traz no âmbito da sua ação dois outros elementos: a produção identitária positiva do papel das mulheres-trabalhadoras e a reinvenção de alguns laços de sociabilidades. (CRUZ, 2006, p. 37).

Ainda que se defenda o empreendedorismo, ele não é opção redentora do desemprego. Afinal, muitas experiências de precarização do trabalho, em especial a que alcança as mulheres, estão revertidas sob esse signo. Portanto há de se ter cuidado com o rótulo indiscriminado.

Coriolano et al (2009) apontam para as peculiaridades que o empreendedorismo apresenta, para os autores,

ser empreendedor é, acima de tudo, trabalhar rupturas e com universo temporal pouco previsível, pois o empreendedor se defronta com a inércia, resistência, resiliência, oriundas de crenças e valores individuais reafirmadas em maneiras de pensar e agir de cada indivíduo ou instituição. Enfrentar isso requer, sem dúvidas, boa dose de paciência, perseverança e criatividade. É possível sim e também importante, a apropriação de metodologias de desenvolvimento do empreendedorismo (realização, planejamento e poder) e conhecimentos instrumentais (fluxo de caixa, diagnóstico de mercado, análise financeira, plano de negócios, plano de marketing, gerenciamento estratégico etc.), postos a serviço do empreendedorismo e tão bem difundidos por instituições renomadas como SEBRE/EMPRETEC e SENAC. (CORIOLANO, et al, 2009, p.13).



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Por outro lado, o Turismo de Base Comunitária, que aqui chamaremos de TBC, desponta como uma alternativa, um enfrentamento ao turismo convencional, que não leva em consideração as práticas tradicionais das localidades, ao contrário, serve apenas para manutenção da lógica capitalista. “Faz-se necessário entender a política de turismo como parte da política econômica global, neoliberal e, portanto, seria ingenuidade esperar soluções aos trabalhadores e aos problemas sociais de políticas vinculados aos princípios do mercado” (CORIOLANO et al., 2009, p. 16). A contramare do turismo de base comunitária se dá na medida em que os sujeitos atuam de maneira coletiva, em diálogo e colaboração.

Essa modalidade de organização comunitária se tornou alternativa por fugir do padrão convencional e voltar-se aos princípios da economia solidária, buscando mudanças sociais, com promoção de trabalho aos desocupados e melhoria da qualidade das pessoas que residem em áreas turísticas. (CORIOLANO et al., 2009, p. 13).

Por isso, tratar de TBC é pensar outra globalização e outra dinâmica social, cultural e ambiental, baseada na cooperação, nas redes de aprendizagem, nas quais a organização comunitária é o caminho para pensar o desenvolvimento local, sem a ordem da acumulação do capital. Em outras palavras, “o turismo de base comunitária é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras das atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (CORIOLANO et al., 2009, p. 66).

Nesse sentido, para que o turismo seja de base comunitária, ou seja, pensado, planejado e organizado pelo coletivo, e não apenas em visitação a esse grupo, os indivíduos precisam ter ciência da sua história e do seu papel no desenvolvimento do local. “O TBC constitui-se a partir de seus princípios e metodologias por meio de indivíduos conscientes de seu papel na coletividade, bem como, a importância de sua matriz cultural” (ALVES, 2013, p. 91). Ao mesmo tempo em que questionam a lógica do turismo tradicional.

Portanto, advogamos que o desenvolvimento de ações como turismo de base comunitária atua no enfrentamento da pauperização de mulheres, colaborando para o apoderamento e empoderamento não só das mulheres, mas de maneira geral dos sujeitos que o compõem. Afinal, “o interesse pelo tema está relacionado às discussões sobre as possibilidades do turismo no combate à pobreza, na formação da “sociedade de aprendizado” e no crescimento das propostas da economia solidária e na economia de comunhão” (CORIOLANO et al., 2009, p. 18).



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Nesse contexto de desenvolvimento de práticas na e com a comunidade, emerge o coletivo Cultarte. No geral, a sua aproximação se dá por pares, quando uma mulher convida a outra, por vislumbrar nesta, características ou necessidades comuns. Esse convite também chega por Rosane, conhecida como Rosa, Rose ou Rosinha, articuladora comunitária, voluntária do projeto, residente no bairro de Pernambués.

Eu conheci o TBC fazendo um trabalho voluntário no Centro social urbano, ensinando reaproveitamento de resíduos sólidos. Rosa chegou um dia e convidou para participar, falou para gente o que era o tbc e convidou para participar de uma reunião que teria no centro social a noite, explicar o projeto e a visão deles de entrar no bairro. Eu fui, nem todos foram, mas eu estava extremamente curiosa, gostei, passei a participar das reuniões, para fazer o regimento do Cultarte. Depois eu fiquei muito focada no papel machê. Mas eu saí com a consciência tranquila porque o regimento nós conseguimos deixar pronto. Eu e o grupo que ficou até o fim, porque começamos com 30 componentes, quando terminou o estatuto acho que só 6. Terminamos e colocamos na mesa da pró-reitora. Eu acho que de repente eu só vim fazer isso aqui, pra mim já tá de bom tamanho. Aprendi o que tinha que aprender, conheci gente e não consegui mais ir (Entrevistada 1).

Conheci o TBC através de Rose. Rose convidou uma vizinha (Clarice), e como somos parceiras de uma cooperativa que a gente entrou e não conseguiu dar continuidade. Aí Rose convidou essa colega e ela colega me convidou para o terceiro encontro (Entrevistada 2).

De modo geral, elas avaliam de maneira positiva a experiência com o Turismo de Base Comunitária e o Grupo Cultarte. Ainda que possamos perceber que o conhecimento sobre questões ligadas ao associativismo seja ainda pequeno, o TBC parece ampliar os horizontes de possibilidades dessas mulheres.

Eu gosto do TBC, eu gosto do mesmo jeito que gostei da primeira vez que Rosa começou a falar. Eu acho o projeto muito encantador, essa ideia de desfocar o turismo para certos pontos espalhados por toda cidade, eu acho muito bom não só pelo lucro que vai dar aos moradores da comunidade, mas também para turismo que tá vindo conhecer a realidade de onde ele tá visitando. Ver tudo, ver a realidade de onde ele tá visitando. Porque a realidade Salvador não está só nos pontos turísticos. E tem tanta coisa bonita, para que coisa mais bonita que a minha vista. Tanta coisa bonita aqui no bairro, nesse bairro, tanta gente talentosa, tanta gente boa. Acho que tem coisas que merecem ser vistas (Entrevistada 1).

Eu vivia muito estressada antes do Cultarte, porque eu queria viver. Eu queria crescer. Eu queria poder me sustentar e eu não estava conseguindo. Estava dependendo dos filhos. As apostas que eu fiz eu precisava de outras pessoas, precisava de incentivos e não consegui. E aqui eu tô conseguindo, porque pelo menos eu tenho meu espaço para trabalhar. Porque é cansativo, mas tô satisfeita. Tô aqui crescendo com outras pessoas, passando número de telefone. Tô me informando de curso e coisas por aí que o governo tá oferecendo. Se eu tiver disponibilidade e tempo já vem aí curso que não sei se é o TBC e ou a ITCP que já consegui para nós e depende do interesse de cada um (Entrevistada 2).

O meu interesse era trabalhar a hospedagem. O pessoal temporário que vem passa uma semana, dois dias, um mês [...] o meu filho mais velho não acreditava nisso. Quando eu me bandiei para o lado do mais novo. O mais novo é meio avoado, e ela



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

apostou mais no meu sonho. Através da UNEB, Francisca me falou que estava precisando. Eu procurei me informar como funcionava e o que tinha que fazer. Ajeitei o espaço que eu tenho na minha casa, ela foi até lá, deu umas dicas do que eu poderia melhorar e aí mandei brasa, agilizei. Graças a Deus o pessoal chegou, gostaram, estão muito satisfeitos (Entrevistada 2).

Eu acho o TBC bom, porque eu estou conseguindo chegar ao público. Porque eu não sou muito de sair de casa. Então, o público que meus filhos traziam para mim era pouco (Entrevistada 2).

Ademais, esse espaço é visto como possibilidade de aprendizagem, de troca, favorecendo construções coletivas e ampliando possibilidade de interação. Fortalecendo-se como espaço de produção e de construção de vínculo, pertença e conhecimento. “ A troca de aprendizagem sempre constante (Entrevistada 1); Aprendemos uma com as outras, até mesmo no olhar, no observar (Entrevistada 2).

3 ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

As práticas de associativismo e economia solidária são construções coletivas diárias. Desse modo, percebe-se que o Cultarte e seus membros vêm se constituindo enquanto coletivo e, assim, estabelecendo alternativas ao mercado produtivo.

Nota-se que antes de percebermos a economia solidária e o turismo de base comunitária e outras formas de inserção no cenário produtivo como fim, é preciso entendê-los como processo formativo que potencializa a constituição de práticas não hegemônicas que têm contribuído para a formação dos sujeitos e assim para o seu empoderamento.

Os coletivos, associações, cooperativas, empresas recuperadas, à medida que se firmam pela gestão democrática, possibilitam o exercício de laços de solidariedade. De certo, as redes de mulheres não são um fenômeno recente, ao longo do tempo, se estabeleceram como possibilidades frente à dicotomização entre mundo produtivo e reprodutivo, cedendo lugar a práticas de interdependência.

REFERÊNCIAS

CORIOLOANO, L. N. M. T. et al. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EDUECE, v. 1, 2009, 307p.

CRUZ, T. C. S. **Qual é o teu trabalho, mulher: mulheres empreendedoras no contexto da economia popular solidária**. Brasília: UNB, 2006. 413f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2006.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2013**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

LIMA, J. R. O. **Economia popular e solidária e desenvolvimento local: relação** protagonizada pela organicidade das iniciativas. *Otra Economía*, v. 10, p. 3-136, 2016.

LIMA, J. R. O. O processo de orientação econômica para o desenvolvimento local solidário: um caminho que passa estrategicamente pela economia popular e solidária. In: **Congreso ALAS**. Costa Rica, 2015.

2º ENCONTRO DAS MULHERES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: Mulheres Transformando a América Latina. Porto Alegre, RS, 14 de Setembro de 2012.